



Luísa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Aos vinte e oito dias do mês fevereiro do ano de dois mil e dezanove no Auditório do Museu dos Baleeiros nas Lajes do Pico, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, a pedido da Câmara Municipal, depois de devidamente convocada.-----

Foi feita a chamada de presenças pela 2ª. Secretária da Mesa da Assembleia Luisabela Coutinho. Presentes estavam os membros Manuel Francisco Costa Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo, Paulo Freitas, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros, Maria da Conceição Alvernaz, Ângela Alvernaz, Manuel Francisco Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques, Renato Vieira, Roberto Silva, Walter Machado, Nelson Macedo, Miguel Machado e Hugo Goulart.-----

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, uma vez que verificou haver *quorum* para o normal funcionamento da Assembleia Municipal, eram catorze horas e cinquenta minutos, sendo a sessão secretariada por mim, Márcia Isabel da Costa Machado, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal das Lajes do Pico e para tal designada.-----

O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao 1º. Secretário da Mesa para que fizesse a leitura da correspondência chegada no período que mediou a última sessão e esta.-----

Após o envio, por correio eletrónico, a todos os membros da Assembleia Municipal, a ata da Sessão Ordinária realizada no dia dezassete de dezembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos membros Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e reconheceu publicamente o apoio administrativo dado por Humberta Bettencourt, aquando da convocatória desta sessão da Assembleia Municipal.-----

O membro Eugénio Freitas leu o seguinte Voto de Congratulação – Requalificação e ampliação do Aeroporto da Ilha do Pico: *No passado dia 19 do corrente mês, Sua Excelência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, tornou*

Handwritten signature in blue ink at the top left of the page.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

pública a decisão de se proceder, com base numa análise técnica aprofundada, à requalificação e ampliação do Aeroporto da ilha do Pico;-----

Reconhecendo os severos condicionalismos e constrangimentos técnicos e operacionais daquela estrutura aeroportuária, e o extraordinário crescimento da procura, de que tem sido alvo recentemente (103% nos últimos cinco anos), que limitam e penalizam fortemente o normal (e pleno) funcionamento do Aeroporto do Pico, o Presidente do GRA incumbiu a Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas de dar início a um estudo que permita traçar um diagnóstico rigoroso desses constrangimentos técnicos e operacionais associados à operação da aviação comercial neste Aeroporto dos Açores;-----

Esta ampliação e requalificação do Aeroporto do Pico devem ser consideradas, do ponto de vista da economia, da competitividade e da sustentabilidade turísticas, do combate à desertificação e ao despovoamento progressivos, da resposta às dinâmicas empresariais emergentes, da melhoria e da consolidação das acessibilidades, da alavancagem do empreendedorismo privado, um instrumento absolutamente nuclear, e estratégico (uma espécie de ignição e de força motriz de todo o aparelho desenvolvimentista), do desenvolvimento económico, social e cultural da ilha do Pico, do Triângulo e dos Açores, no seu conjunto;-----

Esta é uma decisão política histórica que, a realizar-se, como convictamente esperamos que se concretize, transformar-nos-á num território claramente bem mais competitivo, atrativo e desenvolvido. Pelo Aeroporto do Pico passa muito do nosso presente e do nosso futuro. Um futuro que nos cabe por inteiro. Que fizemos por merecer, historicamente, tanto ontem como hoje. Um futuro que Sua Excelência, o Presidente do GRA, quis reconhecer e premiar, com uma decisão política que nos engrandece como Povo e o engrandece como decisor político.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que esta decisão do Presidente do Governo Regional é *genial*, é *espetacular* e merece o reconhecimento de todos os picoenses, que aguardavam há já alguns anos por este desfecho. Referiu que há de pôr de parte as abordagens mais setoriais, uma vez que é da maior importância o reforço do número de voos para o Pico. Juntou-se ao Voto de Congratulação, em nome da Câmara Municipal, dizendo que o mesmo já havia sido feito em reunião do executivo.-



Luísa
Luísa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O membro Humberta Bettencourt disse que, em nome do Podemos Mais, se associam a este voto de congratulação. Esperam que este seja efetivamente o primeiro passo para que esta obra ocorra. Referiu que este passo aconteceu devido à intervenção de todas as forças vivas da ilha. É o primeiro passo para o estudo, do qual ainda não sabemos o resultado, podendo eventualmente tornar-se naquilo que os picoenses anseiam, o aumento da pista do aeroporto do Pico.-----

Posto à votação o Voto de Congratulação – Requalificação e ampliação do Aeroporto da Ilha do Pico foi aprovado por unanimidade, com os votos dos membros eleitos pelo PS, Manuel Francisco Costa Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo, Paulo Freitas, e dos presidentes de junta eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel Francisco Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques, Renato Vieira e dos membros eleitos pelo Movimento Podemos Mais, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros, Maria da Conceição Alvernaz.-----

O senhor Presidente da Assembleia deu por aberto o período antes da ordem do dia. -
O membro Maria de Fátima Soares mencionou que, uma vez mais, os documentos suporte não foram entregues atempadamente. Chamou a atenção para que toda a documentação seja entregue com a devida antecedência, para que tenham tempo para a analisar.-----

O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a responsabilidade da entrega dos documentos suporte é da Assembleia Municipal. A única explicação que tem a dar é o atraso crónico da Câmara Municipal na entrega destes documentos.-----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que nem todos os documentos são entregues tardiamente. Disse que a Situação Financeira da Autarquia é entregue no dia que decorre a sessão da Assembleia Municipal, uma vez que traduz a situação do próprio dia. Afirmou que o Relatório de Atividades da Autarquia deverá de facto entregue com maior antecedência. Relativamente aos pontos desta sessão, alguns não carecem de documentação suporte, como é o exemplo do ponto treze.-----

maria
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O membro Maria de Fátima Soares questionou se, em relação à Situação Financeira da Autarquia, esta não pode ser apresentada com uma data anterior à sessão da Assembleia Municipal.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que pode apresentar a Situação Financeira da Autarquia com data mais antiga, mas na sua opinião não é o mais conveniente, uma vez que é uma situação de coerência e transparência. Os números trazidos a esta Assembleia Municipal são os mais atualizados do setor de contabilidade.-----

O senhor Presidente da Assembleia referiu que compreende que os membros deste órgão necessitam de tempo para analisarem os documentos relativos aos pontos discutidos nesta Assembleia Municipal. No que concerne à Situação Financeira da Autarquia, na sua opinião, uma semana é muito tempo para a emissão deste documento, não demonstrando a real situação da autarquia.-----

O membro Nuno Quadros propôs que o processo de convocatória das sessões desta Assembleia Municipal seja otimizado, de forma a evitar a carga burocrática, que este pressupõe. Referiu que depois de estabelecida a data das sessões da Assembleia Municipal, cada força política aqui representada, seja contactada e encarregue de enviar uma lista dos membros que estarão disponíveis. Assim, a convocatória já seria enviada para os membros identificados como “disponíveis”, evitando assim convocatórias e substituições desnecessárias.-----

O senhor Presidente da Assembleia mencionou que as questões abordadas por Nuno Quadros são pertinentes. Na sua opinião, do ponto de vista regimental, procedimental e da ética desta Assembleia Municipal, a proposta do membro Nuno Quadros perverte a lógica da convocatória. Esta é feita com base nos membros eleitos e com assento. Referiu que se tem deparado com uma tipologia de composição desta Assembleia Municipal complexa, no processo de convocatória. Disse que os membros do Podemos Mais têm vindo a solicitar continuamente “substituição em cima de substituição”, o que torna a convocatória complexa. Demonstrou não se rever com a sugestão do membro Nuno Quadros.-----

O membro Nuno Quadros disse perceber a argumentação do senhor Presidente da Assembleia. Clarificou que as substituições, sejam de qualquer uma das bancadas, são solicitadas por motivos válidos. Na sua opinião, as pessoas quando são eleitas,



maíça
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

assumem estes cargos com responsabilidade. Referiu que a ideia por si apresentada apenas pretendia facilitar o processo de convocatória. -----

O membro Maria de Fátima Soares disse compreender a lógica das convocatórias. Porém, sugeriu que os membros em regime de substituição fossem contactados telefonicamente, alertando para o envio da convocatória, por correio eletrónico, agilizando assim o processo. -----

O membro Humberta Bettencourt sugeriu a revisão do Procedimento desta Assembleia Municipal, que está em vigor e foi elaborado em dois mil e um, por si e pelo atual Presidente da Câmara, na época Presidente da Assembleia Municipal. -----

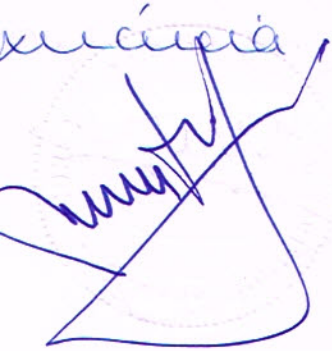
O membro Maria de Fátima Soares mencionou a última notícia tornada pública, relativa à renúncia de mandato do senhor Vice – Presidente da Câmara, Walter Machado e consequente substituição no executivo. Na sua opinião, esta substituição não é normal, uma vez que ocorre com pouco mais de um ano de mandato. A substituição lógica seria o quarto elemento da lista apresentada nas últimas eleições autárquicas e não o oitavo elemento. Questionou os motivos que levaram a esta escolha do oitavo elemento da lista, uma vez que a “máxima do PS era a eleição de um vereador por freguesia “.-----

O membro Eugénio Freitas disse que para o PS todos os elementos que compõem as suas listas são competentes. Questionou se o Podemos Mais está a acusá-los de não serem democráticos. Referiu que a forma democrática de substituição de elementos do executivo camarário é igual à forma democrática de substituição utilizada pelo Podemos Mais, na substituição dos seus membros, nesta Assembleia Municipal. Afirmou que continuam a ter um vereador da Piedade, Presidente das Lajes, adjunto e assessora da cultura das Ribeiras, ou seja, continuam a ter representação concelhia.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Renato Vieira, disse que em seu nome e em nome da Freguesia da Ribeirinha deixava uma palavra de reconhecimento e agradecimento a Walter Machado, pelo seu trabalho e empenho. Sabia que não tinha sido uma decisão tomada levemente e desejando-lhe as maiores felicidades.-----

O senhor Presidente da Câmara agradeceu publicamente o trabalho desenvolvido por Walter Machado, sempre empenhado e com espírito de serviço. Disse que as

Luciana



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

circunstâncias da vida alteram-se e condicionam as nossas atitudes. Frisou que o mesmo aconteceu no mandato anterior, com a saída do vereador Mário Tomé, que assumiu a candidatura a Deputado Regional por este concelho. Desejou as maiores felicidades a Walter Machado. Referiu achar irónico o comentário de Maria de Fátima Soares sobre a representatividade concelhia nas listas eleitorais, uma vez que a lista a que pertence, os membros são maioritariamente da Freguesia das Lajes. Referiu que na dinâmica de governação da Câmara Municipal e de acordo com as necessidades verificadas e com o intuito de melhor servir o concelho, acharam conveniente a contratação do adjunto Hélio Moniz e da assessora da cultura Catarina Paixão. A pessoa que vai assumir o cargo de vereadora da cultura será Isabel Nunes, que é tão válida como os elementos que a antecedem.-----

O membro Maria de Fátima Soares esclareceu que não colocou em causa a competência das pessoas que integraram as listas do PS nas últimas eleições autárquicas. O que suscita dúvida são os motivos que conduziram os elementos antes de Isabel Nunes, a não aceitarem. Disse que foi o PS que “fez bandeira” nas eleições autárquicas que teria de eleger um vereador pelas maiores freguesias.-----

O membro Álvaro Soares disse que, na sua opinião, se está a debater um assunto desnecessário, as posições nas listas eleitorais.-----

O membro Isabel Neves mencionou a falta de condições de segurança que os alunos da Escola Básica e Secundária das Lajes enfrentam no acesso à mesma. Em abril de dois mil e dezoito, aquando da visita estatutária do Governo Regional, constou no seu comunicado, a abertura de procedimento para asfaltagem de passeios e bermas na envolvente da referida escola. Inclusivamente o alargamento da Ribeira do Cabo, no valor de duzentos mil euros. Um ano depois, o que está feito é muito pouco. Questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento destas intervenções, e quais as diligências desenvolvidas para garantir a sua execução.-----

O membro Paulo Freitas perguntou se já havia data prevista para a reparação da caldeira do Pavilhão da Escola da Ponta da Ilha, tendo em conta, que todos os utilizadores daquele espaço há mais de cinco meses tomam banho em água fria.-----

O senhor Presidente da Câmara admitiu que o tempo de reparação do equipamento é excessivo. Disse que o equipamento necessário já se encontra no Pico, contando que



Município
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

na próxima semana o problema esteja resolvido. Aproveitou para deixar nota relativa à Escola da Ponta da Ilha, dizendo que foi um projeto muito acarinhado pelo seu executivo, resultante da cooperação entre este Município e o Governo Regional. Nesta escola são lecionados o segundo ciclo, estando previsto o terceiro ciclo. Neste momento estão a diligenciar a transição da tutela da escola da Câmara Municipal, para o Governo Regional. No que se refere ao arranjo das bermas e espaço envolvente da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico disse que a informação que dispõe é que o início dos trabalhos está para breve. A Câmara Municipal tem pressionado o Governo Regional para que a obra avance o mais rapidamente possível.-----

O membro Maria de Fátima Soares referiu a visita aos reservatórios de água do concelho, situação que é aguardada desde dezembro de dois mil e dezassete. Na última sessão desta Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara disse que esta visita já deveria ter sido calendarizada e que o iria fazer. Neste momento continua por agendar. Mencionou que na sessão de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, o senhor Presidente da Câmara havia referido que o projeto de reabilitação das casas dos botes das Lajes tinha sofrido um atraso excessivo na entrega dos elementos do projeto, pelo seu projetista. O projeto foi alvo de revisão, que já dura há oito meses. Questionou se a revisão estava concluída.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que a visita aos reservatórios de água teria mesmo de ser agendada, para quando o tempo melhorasse. Explicou que os reservatórios de água estão sujeitos a uma fiscalização da ERSARA (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores). No que diz respeito ao projeto das Casas dos Botes das Lajes, o projeto foi entregue em julho de dois mil e dezoito e porque a Câmara Municipal impôs esta data limite. Há um atraso na revisão, porque esta tem sido mais complexa do que o inicialmente pensado. Referiu que foi estabelecido protocolo de cooperação com o Governo Regional dos Açores, que disponibilizou duzentos e quarenta e cinco mil euros e a Câmara Municipal também tem disponível o montante necessário. Espera avançar para o início da obra o mais breve possível.-----

siuua
Miguel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O membro Humberta Bettencourt questionou sobre o ponto de situação da obra do Centro de Saúde, mesmo sabendo que, não é da competência da Câmara Municipal.-
O senhor Presidente da Câmara disse que acompanhou o senhor Secretário Regional da Saúde na última visita que este fez às instalações do Centro de Saúde. Surgiram algumas situações imprevistas no decorrer da obra, dando o exemplo da cobertura, o que obrigará a alterações no projeto. Disse não ter conhecimento do tempo necessário para a finalização desta obra.-----

O membro Eugénio Freitas questionou sobre o ponto de situação do realojamento das famílias da Rua da Ladeira, em Santa Cruz das Ribeiras.-----

O senhor Presidente da Câmara explicou que estão a contactar os proprietários de casas devolutas, ou à venda, na Freguesia das Ribeiras, para posteriormente definirem os valores de aquisição, ou de atribuição de indemnização, segundo enquadramento. No próximo mês deverão estar reunidas as condições necessárias para o realojamento destas famílias.-----

O senhor Vice – Presidente da Câmara, Walter Machado, aproveitou o momento, para agradecer a todos os membros que compõem esta Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, instituições concelhias com quem lidou durante este ano e meio. Disse ter sido um privilégio o trabalho com eles desenvolvido, saindo mais enriquecido. Referiu ser um exercício ao qual se entregou de corpo e alma, com dedicação e responsabilidade, saindo muito orgulhoso deste trabalho. Foi uma decisão que obrigou a uma reflexão bastante profunda. Afirmou que é importante a continuidade da execução do projeto deste executivo.-----

O senhor Presidente da Assembleia reconheceu publicamente, em seu nome e em nome da mesa desta Assembleia Municipal, a importância do trabalho desenvolvido por Walter Machado. Agradeceu o trabalho desenvolvido na gestão autárquica.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que se passaria à Ordem do Dia.-----

Da ordem do dia constavam os seguintes pontos para análise: -----

1. **Apreciação da Situação Financeira da Autarquia;**
2. **Relatório de Atividades da Autarquia;**
3. **Revisão Orçamental n.º 1, para deliberação;**



Silveira
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

4. Contrato Interadministrativo de Delegações de Competências na freguesia da Piedade – reforço, para deliberação;
5. Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para o Espaço Intergeracional da Silveira), para deliberação;
6. Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para ações com financiamento), para deliberação;
7. Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município das Lajes do Pico, para deliberação;
8. Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de água do Município das Lajes do Pico, para deliberação;
9. Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva do Município das Lajes do Pico, para deliberação;
10. Regulamento para a concessão de subsídios a actividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ou a Entidades e Organismos que prossigam fins de interesse Público Municipal, para deliberação;
11. Regulamento de duração e organização do tempo de trabalho do Município das Lajes do Pico, para deliberação;
12. Regulamento para 2019 do “Concurso Nacional de Composição Coral – Maestro Manuel Emílio Porto, para deliberação;
13. Processo de aquisição do Edifício da Filarmónica da Piedade, para conhecimento;
14. Processo da viagem ao Vaticano - Para conhecimento;
15. Processo de identificação das Zonas Balneares do Concelho, para conhecimento;
16. Designação de representante a integrar a CPCJ, das Lajes do Pico, para deliberação;

No primeiro ponto da Ordem do Dia o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo este caracterizado a situação financeira da Autarquia, a vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezanove, da seguinte forma: A dívida geral é de 239.877,75€ (duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos). Dívida empreiteiros: 136.365,28€ (cento e trinta e

seccia
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

seis mil, trezentos e sessenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos); a fornecedores: 103.512,47€ (cento e três mil, duzentos e quinhentos e doze euros e quarenta e sete cêntimos); Subsídios, delegações de competências às Juntas de Freguesia e Bolsas de Estudo encontram-se todos liquidados; a Instituições Financeiras (Empréstimos de Médio e Longo Prazo): 3.600.498,06€ (três milhões, seiscentos mil, quatrocentos e noventa e oito euros e seis cêntimos); a Instituições Financeiras: 523.787,46€ (quinhentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos); a Instituições Financeiras (Saneamento): 1.819.087,01€ (um milhão, oitocentos e dezanove mil, oitenta e sete euros e um cêntimo); Instituições Financeiras (Culturpico E.E.M.): 1.257.623,59€ (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros e cinquenta e nove cêntimos). Disponibilidades de tesouraria no dia vinte e sete de fevereiro: 129.736,12€ (cento e vinte e nove mil, setecentos e trinta e seis euros e doze cêntimos).-----

Os membros tomaram conhecimento.-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Renato Vieira, disse que ficou preocupado quando verificou que os valores em dívida para com as Juntas de Freguesia são “de zero euros”. Mencionou ter dívida a fornecedores e está preocupado com este facto, tendo em conta os valores apresentados.-----

O senhor Presidente da Câmara explicou que as despesas das Juntas de Freguesia entregues no final do ano passado, não se encontram refletidas neste documento, por ainda não se encontrarem “carregadas” no setor de contabilidade. Disse já ter informado os presidentes das Juntas de Freguesia que as dívidas estão assumidas e serão integradas no setor de contabilidade para pagamento. Os compromissos estão assumidos e serão cumpridos.-----

O membro Maria de Fátima Soares disse que quando fez parte do executivo da Junta de Freguesia da Calheta de Nesquim enviavam os comprovativos de despesa para a Câmara Municipal, para reembolso. As despesas que foram enviadas, pelas Juntas de Freguesia, no final do ano passado, já deveriam estar refletidas neste documento.-----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o compromisso estabelecido com as Juntas de Freguesia é objeto de contratos programa, que pressupõem apresentação de documentos de despesa e conseqüente pagamento, depois de validação,



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luís' or similar, with a flourish above it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

carregamento contabilístico e conseqüente pagamento. O facto de uma grande parte das despesas terem sido apresentadas no final do ano, não permitindo o seu pagamento. Elas serão alvo de uma alteração orçamental para pagamento. Disse que, atualmente, os contratos programa são plurianuais, o que não se verificava na altura que o membro Maria de Fátima Soares estava no executivo da Junta de Freguesia da Calheta de Nesquim.-----

O membro Maria de Fátima Soares disse que ficava feliz pelo facto de apenas o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha se ver confrontado com esta situação. Aparentemente, as outras Juntas de Freguesia deviam ter as suas situações regularizadas.-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Renato Vieira, esclareceu que a sua única dívida prendia-se como facto dos valores em dívida, para com as Juntas de Freguesia, não estarem refletidos neste documento. Disse que o senhor Presidente da Câmara tinha assumido o pagamento desses valores, o que o deixava tranquilo.-----

O membro Maria da Conceição Alvernaz questionou Renato Vieira, se estes valores em dívida estavam a fazer falta à sua Junta de Freguesia.-----

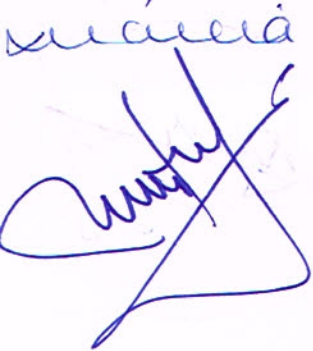
O senhor Presidente da Câmara afirmou que o compromisso com as Juntas de Freguesia será cumprido, com o pagamento de todos os valores em dívida.-----

No segundo ponto da Ordem do Dia, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a explanação do Relatório de Atividades da Autarquia, de nove de dezembro de dois mil e dezoito a vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove.-----

Os membros tomaram conhecimento.-----

O membro Humberta Bettencourt disse que, se compreendeu bem, a Casa Museu do Espírito Santo em Santa Cruz passará para a Casa da Segunda Feira do Espírito Santo. Questionou sobre o destino da casa já comprada para esse fim.-----

O senhor Presidente da Câmara explicou que a ideia dos irmãos da Casa da Segunda Feira do Espírito Santo é que o museu fique sediado na sua casa. O que originará alteração do espaço, através de projeto que se encontra a ser desenvolvido. A casa adquirida será integrada como armazém de apoio. -----

suave




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O terceiro ponto da Ordem do Dia, Revisão Orçamental n.º 1, foi presente à Sessão. --
A pedido do Senhor Presidente da Assembleia, o senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, Albino Roque, fez a sua explanação.
Posta à votação a Revisão Orçamental n.º 1 foi aprovada por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz. -----

O quarto ponto da Ordem de Trabalhos, Contrato Interadministrativo de Delegações de Competências na freguesia da Piedade – reforço, foi presente à sessão. -----
A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Álvaro Soares congratulou-se com o facto da Junta de Freguesia da Piedade dispor de mais meios para colmatar as necessidades que se apresentam. Lembrou ao senhor Presidente da Câmara que a rede viária da Freguesia da Piedade não havia crescido neste último ano. Manifestou que nos anos anteriores a Câmara Municipal não tinha tido a mesma atenção para com esta junta de freguesia.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que no conjunto das pavimentações realizadas, a Freguesia da Piedade tinha sido aquela com mais quilómetros pavimentados. Afirmou que sempre teve o apoio necessário do seu executivo.-----

Posto à votação o Contrato Interadministrativo de Delegações de Competências na Freguesia da Piedade - reforço foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da



maia
maia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com seis votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz. (O membro Humberta Bettencourt encontrava-se ausente da sessão no momento desta votação).-----

O quinto ponto da Ordem de Trabalhos, Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para o Espaço Intergeracional da Silveira) foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Maria da Conceição Alvernaz considera que o Centro Intergeracional da Silveira não é um investimento prioritário, pois não pertence a esta autarquia. Afirmou que, se esta obra não teve participação financeira deveu-se a algum motivo. As despesas do empréstimo serão elevadas. No seu entender é uma má opção.-----

O membro Humberta Bettencourt afirmou que, neste momento, os idosos das Lajes estão a utilizar a antiga Escola Primária da Silveira, que é um edifício da Câmara Municipal. Questionou o motivo, pelo qual, não é a Diocese de Angra a intervir no edifício do Passal da Silveira. O montante investido nesta obra deveria ser utilizado noutra finalidade.-----

O senhor Presidente da Câmara disse respeitar as ideias expressas. Na sua opinião, a antiga Escola Primária da Silveira devia ser utilizada para fins empresariais. A Câmara Municipal recuperou um imóvel degradado, no lugar mais populacional deste concelho.

Posto à votação a Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para o Espaço Intergeracional da Silveira) foi aprovado por maioria com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos contra dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares,

maia
Nuno



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

(FALTA DECLARAÇÃO VOTO PODEMOS MAIS)

O sexto ponto da Ordem de Trabalhos, Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para ações com financiamento) foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro da Maria da Conceição Alvernaz disse concordar com a conclusão da obra da frente marítima das Lajes, apenas não concorda com algumas opções urbanísticas. Afirmou ser lamentável que a Câmara Municipal não disponha de valor para cobrir este investimento.-----

Questionou se o fim da obra está previsto antes do início da atividade das empresas ali sedeadas.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que a previsão para a inauguração da Requalificação da Praça do Museu dos Baleeiros é para o dia vinte e nove de junho, feriado municipal. Mencionou que estão a acautelar o trabalho das empresas de *Whale Watching*, Museu dos Baleeiros e pescadores.

Posto à votação a Contratação de Empréstimo Médio e Longo Prazo (para ações com financiamento) foi aprovado por maioria com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos de abstenção dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

O sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município das Lajes do Pico e o oitavo ponto da Ordem de



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Trabalhos, Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de água do Município das Lajes do Pico foram presentes à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez as suas explanações, tendo por base os seguintes quadros:-----

Exemplos de consumo

Resíduos

	Valor Atual	Valor Proposto Pior Cenário	Valor Dia
5 m ³	2,56	5,66	0,19
15 m ³	2,56	9,04	0,30
25 m ³	2,56	12,42	0,41

Portaria 159/2015 – (1/5 Taxa variável)

	Valor Atual	Valor Proposto Melhor Cenário	Valor Dia
5 m ³	2,56	3,79	0,13
15 m ³	2,56	4,47	0,15
25 m ³	2,56	5,15	0,17

Exemplo Fatura Mensal

Água e Resíduos

	Atual	Proposto Pior Cenário	Valor Dia
5m ³	6,15	11,37	0,38
15m ³	16,95	25,55	0,85
25m ³	30,55	42,54	1,42

Portaria 159/2015 – (1/5 Taxa variável)

	Atual	Proposto Melhor Cenário	Valor Dia
5m ³	6,15	9,50	0,32
15m ³	16,95	20,98	0,70
25m ³	30,55	35,27	1,18

O membro Maria de Fátima Soares questionou que, segundo o ponto dois do artigo quadragésimo quarto do Primeiro Regulamento, onde vão inserir-se os Alojamentos

Handwritten signature in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Locais e os Alojamentos de Turismo em Espaço Rural nestas tarifas. Neste momento encontram-se a ser taxados exageradamente, uma vez que o nosso turismo ainda é sazonal. Verificou que segundo a alínea b) do ponto um do artigo quadragésimo quinto, a opção de estabelecer uma tarifa, de acordo com o consumo de água, pressupõe que os cidadãos que mais gastam água, são os que mais lixo produzem, o que nem sempre corresponde à realidade. Disse que teria sido importante a realização de um estudo económico prévio, para perceber o real impacto deste tipo de tarifa, em detrimento de uma tarifa fixa.-----

O membro Álvaro Lopes referiu que, indo ao encontro da posição de Maria de Fátima Soares, a alínea b) do ponto um do artigo quadragésimo quinto, onde quem consome mais água é quem produz mais resíduos sólidos urbanos (RSU), não está de acordo com o artigo oito, onde um consumidor com maior consumo de água, não significa também que seja maior poluidor. Logo, há uma contradição nos dois pressupostos do Regulamento. Deu o exemplo de municípios que fazem a sua compostagem, o tratamento de RSU e a sua reciclagem, logo produzem menos RSU, mas para poderem fazer estes processos gastam mais água e segundo este Regulamento serão penalizados.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que o Regulamento apresentado não decorre da ideia do Executivo. Existem recomendações e imposições legais. No caso do Alojamento Local não é considerado de uso doméstico (relacionado com a habitação). Deu o exemplo de dez euros mensais, que correspondem a trinta e três cêntimos diários, numa matéria que acarreta grandes despesas à Câmara Municipal e às quais é necessário face. Relativamente ao estabelecimento de tarifa relativa ao consumo de água existem duas fórmulas possíveis: pesagem de RSU "porta a porta", o que é impossível de realizar no nosso concelho; ou a correlação com o consumo de água. Mencionou que tem consciência que não é um sistema justo, mas foi com base nesta última premissa que o Regulamento foi concebido. O consumo de água está diretamente relacionado com a capitação, ou seja, maior número de pessoas corresponde a um maior consumo de água e maior produção de resíduos. Este Regulamento é direcionado a consumo de água destinada ao consumo humano. Relativamente ao mencionado pelo membro Álvaro Lopes, disse que, por vezes,



Reciclagem
Ana Neves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

ocorrem situações que não são justas, que fogem ao que está estabelecido e enquadrado.-----


O membro Paulo Freitas frisou que não concorda com o Regulamento, nem com as explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara. Na sua opinião, e relativamente ao Alojamento Local, o que está em causa é o número de RSU produzidos pelo número de camas. A capitação é apenas um dos fatores. Disse não acreditar que a ERSARA tenha como única medida a quantidade de água consumida, uma vez que esta taxa deve ser fixa. Disse desconhecer a existência de taxa variável em qualquer outro concelho desta Região, assim como lei que estabeleça a indexação/ aplicação de uma taxa variável dos RSU, em relação à taxa de água. Para os municípios que fazem separação de RSU não será justo o pagamento de um maior consumo de água, incentivando assim à prática da não separação. Disse concordar com o aumento das taxas, mas não tendo por base esta premissa injusta do utilizador/ pagador. Afirmou ser necessário não prejudicar os municípios que já praticam a separação de RSU.-----

O membro Álvaro Lopes mencionou que é necessário perceber se este Regulamento é o mais adequado, no incentivo à separação e reciclagem de RSU. Os consumidores serão penalizados por praticarem a separação de RSU. Se existe a necessidade de aplicação de uma taxa, então há que criar formas de incentivo a quem já pratica a reciclagem.-----

O membro Maria de Fátima Soares disse concordar com o membro Álvaro Lopes. Disse ter licença de utilização de habitações, que posteriormente passaram a Alojamento Local. Mencionou que o senhor Presidente da Câmara afirmou que o Alojamento Local não se enquadra nos utilizadores domésticos. Questionou porque motivo o Alojamento Local consumirá mais água e produzirá mais RSU, do que outra qualquer casa, onde se resida permanentemente.-----

(Ana Neves, Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé ausentou-se da sessão).-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Renato Vieira, disse não estar de acordo com os Regulamentos apresentados. Se for efetuado um levantamento concelhio, os agricultores são aqueles que mais água gastam. Sabe que o abastecimento de água à agricultura é da responsabilidade do IROA (Instituto

seccia




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Regional de Ordenamento Agrário). Deu o exemplo dos produtores de leite, que vivem uma situação difícil, e para que o seu leite tenha qualidade é necessário a lavagem dos seus equipamentos, duas vezes ao dia, aumentando a despesa do seu consumo de água. Disse que o setor agrícola volta a ser penalizado com a implementação destes Regulamentos.-----

O senhor Presidente da Câmara referiu que há que entender que, em relação a estes Regulamentos, a gestão de RSU é altamente deficitária, na ordem dos duzentos mil euros anuais. Explicou que a autarquia é obrigada, por lei, a ter sustentabilidade económica, o que obriga a tomar medidas no sentido de aumentar os tarifários. Se esta medida não for tomada, a Câmara Municipal perde o acesso aos fundos comunitários. Explicou que há uma taxa fixa, relacionada com a disponibilização do serviço. E uma taxa variável, resultante do consumo da pesagem dos RSU “porta a porta”, o que não é possível efetivar no nosso concelho. Disse ser necessário distinguir a água para consumo humano, a que se encontra a ser discutida, diferenciando-a da água destinada às atividades económicas, que não tem enquadramento neste Regulamento. Torna-se necessário relativizar o custo com os RSU e com o abastecimento de água. Disse que o objetivo primordial é o equilíbrio das contas.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se seria possível projetar o número de pessoas que se enquadram dentro de cada escalão, para perceber o real impacto.-----

O senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Albino Roque, explicou que no nosso concelho existem cerca de três mil consumidores. Ao nível dos RSU temos cerca de mil habitações de veraneio, que se enquadram no primeiro escalão; no segundo escalão cerca de duas mil e quinhentas habitações; no terceiro escalão cerca de quarenta habitações, que são os casos de proprietários com piscina.-----

O senhor Presidente da Câmara explicou que quer seja a água ou os RSU é necessário o estabelecimento de taxa fixa, relacionada com o fornecimento do serviço. Na sua opinião são valores aceitáveis.-----

O membro Paulo Freitas explicou que a questão por si levantada não está relacionada com o aumento das tarifas, nem com a capacidade da Câmara Municipal concorrer

Uiciá
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

sustentabilidade do sistema de diferenciação dos RSU e reciclagem, primeiramente há que ter em conta o problema financeiro, que tem de ser acautelado. Na sua opinião estão a desviar-se do cerne destes Regulamentos.-----

O membro Paulino Costa questionou se há obrigatoriedade de uma taxa variável ou poderá ser apenas uma taxa fixa.-----

O senhor Presidente da Câmara disse ser obrigatório a existência das duas taxas.-----

O senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Albino Roque, explicou que a taxa fixa é a que cobre as despesas fixas do fornecimento, independentemente da utilização ou produção, quer de água, quer de RSU. Até aqui, a Câmara Municipal não aplicava a taxa variável, porque até há três anos não pagava o tratamento dos RSU. A taxa variável serve para cobrir o custo do tratamento dos RSU, que agora é realizado pela empresa *Resiaçores*. O que conduziu a um défice de cerca de duzentos mil euros anuais, apenas de RSU.-----

O membro Paulino Costa questionou se a taxa variável será estabelecida de acordo com os escalões da água ou é uma taxa única.-----

O membro Álvaro Lopes disse perceber que a Câmara Municipal, no passado, não pagava o tratamento dos RSU e agora esse tratamento tornou-se num encargo muito elevado. Questionou se a Câmara Municipal conseguir garantir a mesma receita através de um custo fixo, se o pode fazer ou não.-----

O membro Paulo Freitas mencionou que a questão é se a taxa é destinada a compensar o custo do utilizador/ pagador, então é o custo daquilo que é consumido. Se vão associar uma taxa de RSU ao consumo de água, sem ter conhecimento efetivo da produção de RSU, está a criar-se um princípio de injustiça.-----

O membro Nilton Goulart disse já ter referido anteriormente, que as taxas de água eram baixas. Nesse sentido não se opõe aos Regulamentos. Na sua opinião, estes Regulamentos não conduzirão a melhores medidas/ condições ambientais. Segundo o senhor Presidente da Câmara, estes Regulamentos têm por base a lei em vigor. Assim sendo, há que desenvolver esforços para adaptar a lei à nossa realidade, por exemplo, através da criação de um Decreto Legislativo Regional e apostando na educação ambiental. Mencionou que poderia haver um esforço na colocação de mais ecopontos e a criação de um regime de voluntariado.-----



Luís
Humberto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Albino Roque, esclareceu que a taxa fixa não pode ser “um saco azul” para atingir o valor pretendido. As taxas fixa e variável são determinadas por cálculos. A taxa fixa corresponde ao valor de todos os custos inerentes ao seu fornecimento. A taxa variável é uma opção desta Assembleia Municipal. O que a lei compreende e a recomendação da ERSARA, no prefácio do Regulamento, é que estão disponíveis duas formas para indexar, a pesagem “porta a porta” ou os RSU relacionados com o consumo de água. Este Regulamento contempla a segunda opção. Disse que nunca foi aplicada a tarifa variável, porque a Câmara Municipal assumiu o pagamento do tratamento dos RSU até dois mil e dezasseis, onde os RSU eram depositados no aterro sanitário.-----

O membro Paulo Freitas disse concordar com a aplicação da taxa variável, porém esta não poderá ser indexada ao consumo de água.-----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que o sistema é deficitário e é necessário equilibrá-lo. A questão do incentivo não faz parte de nenhum destes Regulamentos. E obviamente que neles se encontram algumas injustiças. Cabe à Assembleia Municipal aprovar ou não os Regulamentos. Disse que a não aprovação conduzirá a cortes financeiros noutras rúbricas, porque é necessário o equilíbrio financeiro e coloca em causa a candidatura a fundos comunitários.-----

O membro Luisabela Coutinho disse que o que se encontra em discussão é o Regulamento de gestão de RSU e não um tarifário. Embora exista a preocupação de equilibrar as contas. Referiu que, neste momento, a Câmara Municipal paga cinquenta euros por tonelada de RSU, o que se traduz, em média, em duzentos e cinquenta euros diários, porque as taxas de reciclagem do nosso concelho são muito baixas. O plano de incentivo à reciclagem e educação ambiental deverão estar refletidos nestes Regulamentos. A pesagem de RSU “porta a porta” futuramente deverá ser ponderada e há que reforçar a colocação de ecopontos ao longo do concelho.-----

O membro Humberta Bettencourt mencionou que no pior cenário, o terceiro escalão, os consumidores pagarão onze euros e trinta e sete cêntimos por mês. Neste momento, os consumidores com maiores dificuldades no pagamento das faturas da água, estão no primeiro escalão, ou seja, com pouca disponibilidade financeira. Estes quando vão fazer o pagamento das faturas da água, as suas maiores queixas estão

Handwritten signature and stamp in the top left corner.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

relacionadas com a recolha de RSU (ausência de caixotes de lixo, sujidade dos mesmos, ausência de ecopontos). A questão é a disponibilidade.-----

O senhor Presidente da Câmara disse compreender as dúvidas do membro Humberta Bettencourt. Mencionou que está a ser preparada uma candidatura a fundos comunitários destinada à aquisição de material de recolha de RSU.-----

O membro Paulo Freitas mencionou que concorda com o aumento das taxas. Discorda com o princípio da aplicação das mesmas. Solicitou alteração do Regulamento, dizendo que este deverá ser reavaliado e discutido.-----

O senhor Presidente da Assembleia autorizou um intervalo, que se iniciou pelas dezanove horas e quinze minutos.-----

Os trabalhos foram retomados pelas dezanove horas e quarenta minutos.-----
(Ana Neves, Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé regressou à sessão).-----

O membro Eugénio Freitas disse que, uma vez que, a aprovação destes Regulamentos condicionam a candidatura a fundos comunitários, os membros da bancada do PS tem liberdade de voto. Sugeriu que daqui a doze meses estes Regulamentos fossem revistos.-----

O senhor Presidente da Câmara disse que os Regulamentos estiveram em discussão pública.-----

Posto à votação, o sétimo ponto, Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município das Lajes do Pico foi aprovado por maioria com oito votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Luisabela Coutinho, e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com seis votos de abstenção dos membros eleitos pelo PS Manuel Paulino Costa, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas, e com seis votos de abstenção dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição



Alvernaz
Manuel F. C. Júnior

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Alvernaz e com um voto contra do membro do Movimento Podemos Mais, Maria de Fátima Soares.-----

(FALTA DECLARAÇÃO DE VOTO PODEMOS MAIS)

Posto à votação, o oitavo ponto, o Regulamento do Serviço de Abastecimento de água do Município das Lajes do Pico foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neve, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

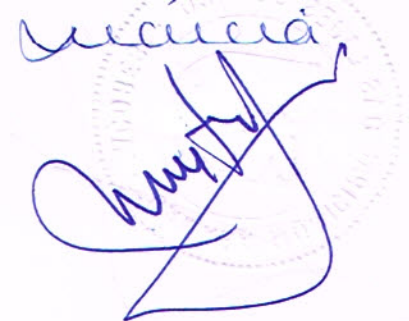
O nono ponto da Ordem de Trabalhos, Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva do Município das Lajes do Pico foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Nuno Quadros congratulou-se pela elaboração deste Regulamento. Disse que como é um documento novo, importa agora perceber, quando entrar em vigor, a forma como irá funcionar, para que possa receber os "ajustes necessários".-----

O membro Álvaro Lopes sugeriu que o Regulamento fosse apresentado e explicado a todos os clubes desportivos do concelho.-----

Posto à votação o Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva do Município das Lajes do Pico foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos a favor dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neve, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

O décimo ponto da Ordem de Trabalhos, Regulamento para a concessão de subsídios a atividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ou a Entidades e Organismos que prossigam fins de interesse Público Municipal foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Nuno Quadros mencionou que tem consciência da complexidade de redação de um documento deste tipo. Porém, na sua opinião, considera que o essencial não está definido. O documento tem um conjunto de normas que incidem sobre a forma do pedido e não propriamente normas sobre os apoios a conceder, objetivos, critérios de apreciação das candidaturas. Considera que é um documento com falta de propósito, para o qual foi criado.-----

Posto à votação o Regulamento para a concessão de subsídios a actividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ ou a Entidades e Organismos que prossigam fins de interesse Público Municipal foi aprovado por maioria com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos contra dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neve, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz, que apresentaram a seguinte declaração de voto: *O documento agora aprovado enquadra um conjunto de normas instrutórias que incide, sobretudo, na forma do pedido de apoio, sendo omissivo relativamente ao que consideramos essencial em regulamentação desta natureza, não existindo normas disciplinadoras dos apoios a conceder, nomeadamente quanto aos objetivos, critérios de apreciação/ponderação das*



Luísa
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

candidaturas e respetivas escalas de pontuação, não assegurando assim, no nosso entendimento, o necessário rigor e transparência na atribuição de apoios e subsídios às diversas coletividades, por parte da Câmara Municipal.-----

*Embora tenhamos consciência da complexidade que envolve a elaboração rigorosa de um documento com esta abrangência, entendemos que este regulamento está aquém do desejável, pelo que votamos **contra** a proposta apresentada.*-----

O décimo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Regulamento de duração e organização do tempo de trabalho do Município das Lajes do Pico foi presente à sessão.

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Albino Roque, fez a sua explanação.

Posto à votação o Regulamento de duração e organização do tempo de trabalho do Município das Lajes do Pico foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neve, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

O décimo segundo ponto da Ordem de Trabalhos, Regulamento para 2019 do “Concurso Nacional de Composição Coral – Maestro Manuel Emílio Porto foi presente à sessão.

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.

O membro Isabel Neves disse que atendendo que este Regulamento é semelhante ao apresentado anteriormente, e porque é um concurso que se realiza de dois em dois anos, sugeriu que, à semelhança com o que acontece com o *Festival Baleia de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Marfim, fosse criado um documento genérico. Depois, de dois em dois anos, introduziam-se as alterações necessárias e específicas daquele ano.-----

Posto à votação o Regulamento para 2019 do “Concurso Nacional de Composição Coral – Maestro Manuel Emilio Porto foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel F. C. Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart, Antonino Azevedo e Paulo Freitas e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Ângela Alvernaz, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com sete votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Mariela Pimentel, Álvaro Soares, Isabel Neve, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

O décimo terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, Processo de aquisição do Edifício da Filarmónica da Piedade foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O décimo quarto ponto da Ordem de Trabalhos, Processo da viagem ao Vaticano foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Humberta Bettencourt frisou que se o Podemos Mais faz queixas e estas são arquivadas, é porque de facto toda a gestão autárquica está de acordo com a lei.--

O décimo quinto ponto da Ordem de Trabalhos, Processo de identificação das Zonas Balneares do Concelho foi presente à sessão.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara fez a sua explanação.-----

O membro Nuno Quadros saudou a iniciativa de identificação de todas as zonas balneares do concelho, que são ímpares, sendo necessário equipá-las de boas condições.-----

